



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO,
RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

CONCURSO PÚBLICO
Curso de Formação

Cargo:
Técnico de Finanças

CADERNO DE PROVAS
Aplicação: 1.º/8/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Este caderno consta de vinte questões objetivas, referentes à prova do Curso de Formação.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
4. Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
5. A duração da prova é de duas horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
6. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

AGENDA

1. 1/8/2002 – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.
2. 2 e 5/8/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente na Coordenação do Curso de Formação, na Escola Fazendária — Rodovia AL 101 Norte, km 3,5, Jacarecica, Maceió - AL —, das 8 às 18 horas.
18. 30/8/2002 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), do resultado final da prova objetiva do Curso de Formação.

OBSERVAÇÕES

- Não será objeto de conhecimento recurso em desacordo com o estabelecido no **Item 9 DOS RECURSOS** do Edital n.º 002/2002/SEARH-SEFAZ, de 14/2/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 3033-4114/443-2100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 20, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

QUESTÃO 1

Julgue os itens abaixo relativos à organização da administração pública.

- I É correto afirmar que, em função da organização federativa brasileira, a administração pública assume apenas a forma de administração pública federal.
- II No aspecto horizontal, em função do grau de complexidade, a administração pública classifica-se em direta e indireta.
- III As entidades e os órgãos que compõem a administração pública detêm personalidade jurídica de direito público.
- IV No âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ), tem-se como exemplo de órgão colegiado o Conselho Tributário Estadual.
- V A SEFAZ é um órgão desprovido de personalidade jurídica que integra a administração indireta estadual.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 2

Acerca da atual estrutura da SEFAZ, assinale a opção correta.

- A A Inspeção de Contabilidade e Finanças é um órgão diretamente ligado ao Gabinete do Secretário da Fazenda.
- B A Coordenadoria de Auditoria Fiscal é um órgão que funciona nos julgamentos de processos administrativos fiscais em 2.^a instância.
- C A Coordenadoria de Tributação é o órgão competente para o controle das receitas tributárias estaduais.
- D A Coordenadoria de Arrecadação é um órgão autônomo no âmbito da estrutura da SEFAZ.
- E A Coordenadoria de Fiscalização é um órgão diretamente ligado ao Departamento de Administração.

QUESTÃO 3

Assinale a opção correta.

- A A instauração do procedimento para a apuração de ato de improbidade administrativa é sempre condicionada à representação do administrado.
- B Em caso de improbidade administrativa, sujeito ativo é apenas o agente público remunerado pelas entidades e pelos órgãos da administração pública indireta.
- C Instaurado o procedimento administrativo para apuração de ato de improbidade administrativa, impõe-se, de imediato, o afastamento do servidor público.
- D Nos termos do disciplinamento legal da tutela da probidade administrativa, a perda da função pública é sanção imposta apenas à modalidade de enriquecimento ilícito.
- E Dano ao erário e enriquecimento ilícito são modalidades de ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 4

À luz do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- I Jurados convocados para a composição do tribunal do júri podem ser considerados particulares em colaboração com a administração pública.
- II Desvio de poder e excesso de poder não são expressões sinônimas no direito administrativo.
- III Considere a seguinte situação hipotética.
João, agente controlador de arrecadação, inescusavelmente, empurra um contribuinte que indagava acerca da demora de um processo administrativo no setor de arrecadação, configurando-se, tal ato, em um verdadeiro atentado à incolumidade física do administrado.
Nessa situação, a conduta de João tipifica-se como crime de abuso de autoridade. Como, entretanto, o ato realizou-se no recinto da repartição pública, o servidor estará passível de sofrer, apenas, as sanções administrativas previstas na Lei n.º 4.898/1965.
- IV O controle de improbidade é exercido unicamente pelo Ministério Público.
- V Ocorre excesso de poder quando a intensidade da medida for maior que a necessária para a compulsão do obrigado.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, II e V.
- C I, III e IV.
- D II, III e V.
- E III, IV e V.

QUESTÃO 5

A propósito do poder hierárquico, assinale a opção **incorreta**.

- A Por intermédio de seu poder hierárquico, a Administração ordena, coordena, controla e corrige as atividades administrativas.
- B Supondo que o coordenador geral de administração tributária, no uso de suas atribuições, aprove parecer exarado pela Coordenadoria de Tributação, pode-se afirmar que esse ato configura controle hierárquico interno e posterior de ato administrativo praticado por órgão subalterno.
- C Considere a seguinte situação hipotética.
Manuel, servidor público estadual, lotado na Coordenadoria de Arrecadação da SEFAZ, instado formalmente por contribuinte a prestar informações acerca de seus débitos tributários, emite resposta negativa e imotivada.
Nesse caso, é cabível recurso hierárquico próprio ao coordenador geral de administração tributária.
- D O controle de um ato administrativo apenas pode ser realizado previamente ou posteriormente à sua emissão.
- E O controle dos atos da administração poderá ser iniciado por provocação do administrado.

QUESTÃO 10

No que se refere à responsabilidade objetiva da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- I Para fins de responsabilização objetiva, é irrelevante se o agente público, causador de dano a terceiro, agiu no exercício de sua função pública.
- II Considere a seguinte situação hipotética.
Um servidor público estadual deixa de registrar e confirmar o efetivo recolhimento do débito tributário de um determinado contribuinte, que, em razão disso, tem a sua inscrição no cadastro de contribuintes cancelada, submetendo-se, entre os demais efeitos do cancelamento, à apreensão de suas mercadorias em um posto fiscal na fronteira do estado de Alagoas. Irresignado, o contribuinte não efetua o pagamento da multa exigida, sendo, então, suas mercadorias leiloadas em função do escoamento do prazo legal para reavê-las.
Nesse caso, a administração poderá ser acionada a reparar os danos causados ao contribuinte, podendo aquela, posteriormente, ajuizar ação regressiva contra o agente público, para dele reaver o prejuízo, caso comprove sua culpa ou dolo em não controlar corretamente a arrecadação do crédito tributário.
- III A regra da aplicação da responsabilidade objetiva independe da verificação do nexa causal entre o dano causado a terceiro e a prestação do serviço público.
- IV Na ação de regresso contra o servidor público causador de dano a terceiro, serão perquiridas a culpa ou dolo daquele.
- V Às sociedades de economia mista e às empresas públicas que não executam serviços públicos aplica-se, também, a regra da responsabilidade objetiva.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e IV. **E** IV e V.
B I e III. **D** III e V.

QUESTÃO 11

De acordo com o art. 37 da Lei n.º 4.320/1964, despesas de exercícios anteriores, são as despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. De acordo com essa definição, as despesas de exercícios anteriores são despesas

- A** extra-orçamentárias.
B de exercícios futuros.
C orçamentárias.
D cujo fato gerador ocorreu no exercício do pagamento.
E diferidas.

QUESTÃO 12

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Nesse sentido, assinale a opção que contempla, na íntegra, os recursos considerados para tal finalidade.

- A** superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; produto de arrecadação consignada no orçamento; reservas de contingência; os provenientes de excessos de arrecadação; o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las
- B** disponibilidades financeiras apuradas em balanço; recursos autorizados em lei orçamentária, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior
- C** superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; os resultantes de anulação parcial e total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais, autorizados em lei; os provenientes de excessos de arrecadação
- D** as receitas arrecadadas no exercício; saldo de créditos extraordinários; reservas de contingência; os resultantes de anulação parcial e total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais autorizados em lei
- E** saldos provenientes de excesso de arrecadação

QUESTÃO 13

Com relação à Lei Orçamentária Estadual, assinale a opção correta.

- A** Os compromissos financeiros só poderão ser assumidos pelas unidades orçamentárias dentro da programação financeira de desembolso.
- B** A programação financeira é estabelecida por quadrimestre pelo Poder Executivo, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução da programação anual de trabalho.
- C** Durante o exercício, o Poder Executivo está autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social créditos suplementares até o limite de 25% do total do orçamento.
- D** A programação financeira é definida pela lei orçamentária.
- E** A despesa empenhada no exercício deve ser igual à receita arrecadada.

QUESTÃO 14

De acordo com o art. 1.º do Decreto Estadual n.º 37.119/1997, a entrega de numerário a servidor no exercício regular de função pública, para a realização de despesa precedida de empenho na dotação orçamentária própria, cujo pagamento não possa subordinar-se ao processo administrativo-financeiro, denomina-se

- A** vale.
B adiantamento.
C suprimento de fundos.
D empréstimo.
E ajuda de custo.

QUESTÃO 15

De acordo com as normas do Poder Executivo estadual, a aplicação e a comprovação dos recursos a título de adiantamento de numerário, subordinam-se, respectivamente, aos prazos de

- A** 30 e 15 dias.
- B** 90 e 15 dias.
- C** 90 e 30 dias.
- D** 30 e 10 dias.
- E** 60 e 10 dias.

QUESTÃO 16

Considerando a legislação pertinente ao estado de Alagoas, nos atos de concessão de diárias mediante portaria da autoridade competente, obrigatoriamente devem constar elementos essenciais. Assinale a opção que contempla esses elementos.

- A** Indicação das parcelas a serem indenizadas com pousada.
- B** Nome, matrícula, cargo ou função, lotação, RG e CPF do servidor favorecido, objetivo da viagem, período de afastamento e local de destino, valor expresso em moeda corrente e, por extenso, classificação da despesa.
- C** Indicação do alojamento ou outra forma de pousada, dia de ida e de retorno, vigência da viagem e CPF do favorecido.
- D** Nome, função, certidão de nascimento e reservista.
- E** Carteira profissional, nome, matrícula e cargo do servidor favorecido.

QUESTÃO 17

Com a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), ficou instituído o Plano de Contas Único, de utilização obrigatória pelos órgãos e entidades da administração estadual centralizada e descentralizada. O órgão responsável pela gestão e o órgão responsável pelo processamento dos dados do SIAFEM/AL são o(a)

- A** Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Administração.
- B** Secretaria de Administração e a Assembléia Legislativa.
- C** Tribunal de Contas do Estado e a Assembléia Legislativa.
- D** Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Administração.
- E** Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Planejamento.

QUESTÃO 18

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que seja publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso do público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, pelos titulares dos poderes e órgãos, o relatório de gestão fiscal. Determina também os demonstrativos que deverão compor referido relatório. Assinale a opção que contempla tais demonstrativos.

- A** despesa total com pessoal; dívida consolidada; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantias; disponibilidades de caixa em 31 de dezembro; restos a pagar
- B** despesa com pessoal; discriminação de receita total; despesa de capital; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita
- C** despesa de pessoal; despesa de custeio; operações de créditos, inclusive por antecipação de receita; dívidas consolidada e mobiliária
- D** dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; relação dos empréstimos concedidos
- E** demonstrativo das despesas efetuadas por meio de licitação; execução da receita; despesa de pessoal; relação dos adiantamentos de numerários

QUESTÃO 19

A Lei n.º 4.320/1964, no capítulo em que trata dos balanços, contém instruções e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro. Tece, também, comentários específicos a cada um dos tipos de balanço preconizados, explicando como proceder para encerrar as contas do exercício. Nesse contexto, assinale a opção que demonstra a movimentação do balanço financeiro.

- A** ativo financeiro, operações de receitas e despesas orçamentárias, créditos suplementares
- B** resultado patrimonial, saldos em espécie do exercício anterior, demonstrativo das receitas
- C** restos a pagar, saldos que se transferem para o exercício seguinte, resultado patrimonial
- D** operações orçamentárias de receitas e despesas, operações extra-orçamentárias, de recebimentos e pagamentos no período demonstrado e os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte
- E** receitas e despesas previstas, passivo permanente e movimentação do almoxarifado

QUESTÃO 20

Com relação a pedidos de alteração de valores nos anexos da programação financeira, pelo titular da secretaria ou órgão, a solicitação deve ser encaminhada à(ao)

- A** Secretaria de Planejamento.
- B** secretária-chefe do Poder Executivo.
- C** Secretaria de Administração.
- D** presidente do Tribunal de Contas.
- E** Secretaria de Estado da Fazenda.